



Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento a Acesso à Documentação Básica

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO (GT) DOCUMENTAÇÃO

Local: Ministério Público – Praça Antenor Fagundes, s/nº – sala 1 (conjunto de multimídia) - Centro

Data: 01/12/2016

Horário: 10:30h

Compareceram nesta reunião: Dr. Marcos Moraes Fagundes (MPRJ); Dra. Raquel Chripino (TJRJ); Flora Beatriz (DETRAN/RJ); Lívia Paschoal (COESUB/MPRJ); Cláudia Cunha (STRAB/RJ); Luiza Hood (DPGERJ); Dra. Fátima Saraiva (DPGERJ); Uiara da Silva (CRESS/RJ); Karla Ferreira (SEASDH); Lívia Marinho (SEPEC/TJRJ); Priscilla Milhomem (ARPEN/RJ); Carolina Carmo (ARPEN/RJ); Tâmara Vaz (DETRAN/RJ); Luana Evaristo (COESUB/MPRJ); Tula Brasileiro (COESUB/MPRJ).

Item 1 – APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Iniciada a reunião foi feita a apresentação dos participantes.

Item 2 – BALANÇO DA ATUAÇÃO DO GT DOCUMENTAÇÃO ATÉ O MOMENTO E PROPOSTAS DE TRABALHO PARA O ANO DE 2017

Dra. Raquel lembrou sobre a PL 775 que tentou centralizar no Poder Federal o RG, que é a identidade e o nome foi Registro Civil Nacional. Essa PL deu um trabalho nesses últimos três anos e isso tudo impacta todos do GT.

Continuou dizendo que a Tula juntou várias coisas que estavam fazendo falta em nossa pauta e apresentou a ela junto com o Dr. Marcos, que são os coordenados desse GT, MPRJ e TJRJ. E daí se tentou organizar em eixos para facilitar o trabalho.

Destacou que existe uma parte do GT Doc que fala das dificuldades do acesso, que é quase uma amostragem dos outros grupos quem vem com suas falas que não tem acessos, a Carteira de Trabalho tem problemas e isso vem para esse GT. Então existe a demanda do cerceamento do processo e então se juntou isso tudo num bloco, que seria o eixo do acesso.

Lembrou que a proposta é que esses eixos se juntem a outras linhas. E essas linhas se exteriorizem em ações concretas. Isso facilita a compreensão, facilita o andamento das reuniões e facilita a execução das ações.

Ressaltou que é preciso uma proposta para o ano que vem na programação. O que se pode fazer hoje aqui de forma simples é um encontro com os cartórios. O GT Documentação hoje tem força para promover um encontro com os cartórios, então isso é uma proposta. O que não irá passar pela Corregedoria, mas pela convocação de mobilidade social, com a finalidade de conversar sobre o acesso à hipossuficiência nos balcões.

Outra ideia exposta foi a questão da isenção da segunda via de RG, em relação ao encaminhamento para os assistentes sociais. E também a exigência de comprovante de residência pelos os órgãos emissores de documentos. Essa é uma questão grave, os órgãos emissores tem uma divisão administrativa, eles precisam do comprovante de residência para um não entrar na área do outra.

Lembrou que outro tema relevante diz respeito ao fluxo de atendimento para a emissão da CTPS pela Superintendência Regional do Trabalho.

Também destacou a necessidade de se convidar o Tribunal Regional Eleitoral e a Junta Militar.

Explicou que o segundo eixo é a integração entre os outros órgãos, que é outro eixo de trabalho.

Lembrou que é importante aproveitar as oportunidades nos momentos de crise. Disse que são nas noites que se constroem os dias. É no momento da noite que surgem as ideias do renascimento. Disse que o Poupa Tempo hoje tem problema de sustentabilidade. E que adora a ideia de se juntar as capilaridades em um espaço só para o cidadão como o Poupa Tempo faz. É uma integração de atendimento e não de banco de dados. Destacou que essa proposta é diferente do acesso à documentação, pois é uma proposta de acesso ao atendimento.

A Sra. Tâmara lembrou que o DETRAN e a JUCERJA sempre foram os grandes patrocinadores desse projeto junto com a Fonte do Tesouro. A Fonte do Tesouro secou, então agora só vai ficar o DETRAN e a JUCERJA. Disse que, dessa forma, está sendo estudado com o DETRAN continuar o Poupa Tempo em alguns postos. Nesses postos vão continuar tendo um suporte financeiro. Para os outros serviços será preciso verificar o quanto de caixa disponível a JUCERJA possui e, de acordo com esse dado, dimensionar os outros serviços.

Dra. Raquel disse que é preciso entender que as vezes é barato para um órgão manter o Poupa Tempo do que manter uma estrutura própria.

A Sra. Cláudia informou que possui essa experiência já que trabalhou na integração do modelo logo no início, e que foi umas das pessoas que trouxeram o modelo de São Paulo.

Os patrocinadores, eu como secretaria do trabalho estou lá como convidada, não participo do rateio porque não tenho orçamento para isso, mas os provedores de recurso estão saindo. Para nós é mais barato fazer a integração desse modelo do que ter uma unidade propriamente dita.

Ressaltou que há cinco unidades, e que fecharam duas agora e que se está na iminência de fechar outra. E que até onde sabe é que isso está sendo repensado, para um modelo de custo menor e participação parecida para que o projeto não acabe e, enquanto isso está acontecendo. Disse que o SINE está indo para as unidades dos shoppings, que já são cinco shoppings que tem um convênio fechado.

A Dra. Raquel disse que a palavra conforto diz melhor, mas o que temos de tentar fazer é integrar o atendimento e que para se conseguir isso todos precisam se ajudar.

Destacou que a fala é sem acusação, sem dizer para onde foi. Se o problema da sustentabilidade é conhecido, talvez essa sustentabilidade possa ser repactuada, já que é preciso de espaços. O RCPN tem interesse em integrar, fazer parte dessa concentração de espaço e, com isso, vai economizar dinheiro na sua estrutura e com isso vai passar a ter um estrutura junto com um aluguel que seja financiado por outros patrocinadores. Não se pode descartar as possibilidades. Já sob a ótica do cidadão uma concentração espacial e um atendimento ágil é o melhor que pode acontecer.

A Sra. Priscila disse que em Portugal existe um polo de cidadania, onde elas podem tirar vários documentos e o RCPN fica nesse polo de cidadania.

Dra. Fátima lembrou que a Defensoria com o planejamento do Poupa Tempo em Bangu, ocupava um espaço gratuitamente, e que agora está no Shopping Sulacapi. Disse que o shopping cede o espaço gratuitamente e que somente ficam com a despesa do rateio de água e luz.

A Sra. Cláudia disse estão querendo fazer um polo de atendimento ao cidadão. E que, dessa forma, o que o Poupa Tempo antes investia pagando para Bangu, está sendo renegociado já que os

próprios shoppings estão oferecendo os espaços. Nós temos cinco shoppings que ofereceram gratuitamente um espaço para o SINE.

Dra. Raquel disse que em sua opinião esta faltando uma conversa horizontal e não na vertical, ninguém dando ordem a ninguém, uma coordenação clara, todos juntos são importantes para a população, e questionou qual seria ajuste mais confortável para todos. Disse que é preciso pensar em qual é o espaço de cada um, qual o limite de cada um. Acredita que essa conversa talvez seja muito ambiciosa para se falar com todo mundo, mas talvez seja possível fazer por partes.

Destacou que uma integração dessas é muito complexa, e que não se pode ter ingenuidade. E que ela vai bater em interesses, vai bater em financiamento, vai bater em problemas sérios. Explicou que se está falando sobre conversar sobre modelos, se eles são viáveis ou não, e, qual seria o melhor modelo.

Ressaltou que esse é um desafio parecido com o maior desafio de mobilizar, descruzar os braços da Polícia Civil, da estrutura toda para cuidar dos presos, como estão fazendo nesse exato momento. Foi essa a estratégia que ela utilizou. E que vai levantar durante dois anos todos os problemas e então juntar todos os poderosos com os problemas para eles verem que é grave, então eles fazem o fluxo funcionar. E que até hoje o fluxo está funcionando porque em algum momento os poderosos do Rio de Janeiro perceberam que esse problema existe, os presos não são identificados.

Concluiu dizendo que não vai ser fácil integrar o trabalho de atendimento no Rio de Janeiro.

A Sra. Tula disse que houve um momento em que se visitou o Rocha Faria para ver essa questão das unidades interligadas. Ela entende que há uma contribuição grande a se fazer como a integração do DETRAN e os Cartórios, já que de fato essa integração não ocorre. Ela lembrou que a base do DETRAN nos ajuda a fazer o registro de nascimento.

A Sra. Tâmara lembrou que a questão da integração do sistema já existe um convênio em que vários cartórios que estão emitindo a Certidão de Nascimento com o RG.

A Sra. Priscilla disse que é preciso ver se não avançou entre os órgãos. E lembrou que, houve avanço já que é possível enviar dados para o DETRAN emitir a Carteira de Identidade.

A Dra. Raquel concordou dizendo que a integração acontece, mas que a concentração acontece mais que a integração, que é pequena. E que é preciso trabalhar para tornar essa pequena integração em algo maior dentro dos limites.

A Sra. Tula lembrou que é preciso retomar a seguinte discussão primária: “para fazer o registro do bebê, o pai ou a mãe que tem identidade, mas está sem. Como isso pode ser feito na hora?”. Lembrou que isso é um exemplo mínimo de integração. Mas, na prática existe o órgão que tem uma base que não vai fazer na hora o registro daquele bebê, mesmo que os pais não estejam portando a identidade, mas que eles têm naquela base.

A Sra. Tâmara disse que se está caminhando nesse sentido ainda, mas essa parte de desenvolvimento de sistema não é algo rápido.

A Sra. Tula disse que é preciso provocar.

Dra. Raquel lembrou que é importante ter o pacto, pois com ele ninguém vai arrombar a porta do companheiro de trabalho. O que se pretende é trabalhar nos espaços possíveis. Mas não podemos perder as portas. É importante que se viabilize o registro de nascimento dentro das maternidades de uma mãe sem a Carteira de Identidade que esteja no SEI. Disse ainda que o importante é não perder de vista a integração dos serviços.

A Sra. Priscilla disse que os Cartórios que já fazem o RG têm acesso a toda a base do DETRAN. E que ela já começou a fazer uns estudos, pois teve uma mãe que possuía um nome no sistema penal, que não era ela de verdade e na hora de registrar o filho ela disse que não era ela e, resumindo, se descobriu que era outra pessoa com uma Certidão de Nascimento de outro local, ou seja, ela já usou a consulta a base do DETRAN para desvendar os mistérios de uma pessoa sem identidade, pois, isso já é possível para quem possui acesso a base do DETRAN.

Ela entende que a questão vai ser depois que a Corregedoria disser quem tem que normatizar de um jeito. E que os Cartórios podem não se sentir seguros ou tranquilos para pegar aquilo

e usar aquilo para conferência. Lembrou que ela já trabalha essa ferramenta hoje, já que os RCPN's têm acesso ao banco de dados do DETRAN.

Dra. Raquel entende que para que isso se torne realidade para os cento e oitenta Cartórios, é preciso a Corregedoria, DETRAN, ou seja, essa pauta deve ser escrita ser feita porque tem um pedacinho de cada um. O Corregedor tem que mandar isso acontecer, porque o registrador só faz o que o Corregedor orienta.

Dra. Raquel imagina que daqui a cinquenta anos no Brasil ainda que se tenha um Poupa Tempo como o de hoje, ainda haverá população vulnerável porque somos ainda muito jovens como país. Ela deseja que mesmo depois que isso tudo estiver integrado, ainda assim vai ter alguém que vai fazer um "link" para ir atrás da pessoa, ir à casa, ou seja, ela deseja que no futuro esse problema se resolva de forma mais acolhedora e humanitária. E, que não fique cada um em seu balcão dizendo "preciso disso, precisa daquilo", porque é isso que acontece hoje.

Lembrou ainda que, o terceiro eixo seria o financiamento da política, que é uma questão muito grave e que se pode dizer que o Poupa Tempo hoje estaria dentro da estrutura de financiamento política. Disse que o Estado, muitas vezes, como já denunciado, faz o que é mais confortável para ele e não consegue olhar sua parte para com o cidadão.

Ela destacou que estamos em um Comitê de Erradicação do Sub-registro e de acesso à documentação básica, da SEASDH, que vai acabar, mas os direitos humanos não vão acabar porque ele é muito mais do que uma secretaria e é uma ideia de pessoas boas hoje que estão tocando para isso andar.

Concluiu dizendo que para a pauta é direitos humanos. Então, a preocupação não é com o Estado e sim com o cidadão lesado pelo Estado. A origem dos direitos humanos é: o cidadão é lesado pelo Estado. Essa é a origem dos direitos humanos, então não se pode perder de vista e fazer o que é confortável para as instituições. É preciso medir o possível para as instituições e o que é bom para o usuário.

Explicou que o financiamento em questão é a CRC o financiamento da política de acesso as RCPN's do Estado. O que esbarra na questão da FUNARPEN que tem limites, já que ela gasta mais do que arrecada. Então é importante que o Comitê de Erradicação do Sub-registro saiba que o FUNARPEN precisa ser cuidado, cada segunda via da certidão é dinheiro público que tiramos de alguém que precisa da certidão. Então, se ele tira uma segunda via que não precisa, estamos jogando dinheiro público no ralo. Esse dado público precisa ser conhecido no GT Documentação.

Outro dado importante é a sustentabilidade dos demais emissores de documentos. As perguntas que se fazem são as seguintes: "como trabalhar para que isso entre no orçamento? Como trabalhar na hora da lei de regulamentação orçamentária? Como trabalhar na hora da aprovação disso na Alerj? Nós temos força política também, somos formadores de opinião, como fazer isso se é previsto nos orçamentos?". Então, se não tem um Comitê do Sub-registro para fazer isso acontecer, outros órgãos não o farão porque essa pauta é invisível.

A Sra. Claudia disse que participa de um grupo que estava tentando modelar o sistema único de trabalho em um modelo parecido com o SUS, porém, não houve avanços. Disse que está tentando no Estado do Rio de Janeiro encontrar uma solução que iria resolver o problema do Poupa Tempo e do SINE, que é um fundo de arrecadação para o Estado. Outros Estados, como a Bahia já fizeram isso, criaram seu próprio fundo de financiamento estadual, que é através da deliberação da Alerj, porque na secretaria estadual tem-se procurado pelo PID, para outros órgãos de financiamento querendo investir em trabalhos para grupos vulneráveis. Disse que a situação do SINE é a seguinte: "estamos para receber cinquenta por cento de quem financia o SINE, mas não temos os dez por cento para poupar. Estou nesse momento agora, o SINE não recebe nada do Governo Federal, por isso que está sem internet e o que vocês viram no jornal que está acontecendo. Nós não temos os dez por cento para financiar o Estado, para financiar o programa e, por isso, a população não tem como ser atendida."

Dra. Raquel sugeriu que é importante ter como pauta no grupo esse eixo. E, pediu sugestões ao grupo sob a justificativa que isso é uma proposta de trabalho.

A Sra. Priscila sugeriu que se dê continuidade aos projetos que já estão em andamento. O primeiro é a questão da baixa do óbito no cadastro da Receita Federal, já que também depende de orçamento, de integração de banco de dados, de orçamento, de integração de bancos, etc.

Dra. Raquel lembrou que são duas coisas diferentes que são a integração de dados e a integração de serviços. Sugeriu que talvez fosse possível trabalhar, de forma bem explícita na pauta, o que é a integração dos dados, como a baixa do óbito, e, o que é integração de serviços, que é o Poupa tempo, fluxo de atendimentos integrados.

A Sra. Priscilla lembrou que os serviços de Registro Civil já estão integrados com o Poupa Tempo e já estão operando juntos muito bem. Mas, o próximo passo é a questão da baixa do CPF no óbito, automática. Além de operações cadastrais, como casamento, alterações de nome, retificação de nome, paternidade, etc.

A Sra. Uiara acredita ser importante também a questão do Título de Eleitor. Ilustrou contando que comunicou o falecimento de três pessoas, sendo que uma já falei há dez anos. E, o inventário foi embargado porque houve a exigência de se apresentar o Título de Eleitor do marido que faleceu há dez anos, e dos sogros que como estão aposentados, não votam mais.

Dra. Fátima Saraiva entende que é ilegítima essa exigência. Disse que teve problemas com uma família por conta da questão do CPF. E que conversou na outra semana com a responsável, que não está presente aqui hoje, e ela falou que não deveriam ter feito porque há uma normativa dizendo que, se não tem o Título de Eleitor não há como obter o CPF. No caso, as irmãs não conseguiram ir juntas, pegaram senhas separadas. A primeira irmã conseguiu porque o atendente tinha um viés mais social e deu um jeito e conseguiu. E as outras irmãs não conseguiram e então começou uma confusão. Mas que depois vieram a conseguir.

Dra. Raquel sugeriu que se colocassem as coisas dentro desses eixos, dividindo-o em duas partes, para ficar bem claro: integração de serviços e integração de dados. E perguntou se todos concordavam com isso.

A Sra. Priscilla questionou onde entraria a questão do convênio do RG, para fazer o RG junto com a Certidão de Nascimento.

A Sra. Tula sugeriu que o trabalho para 2017 seja feito a partir da planilha, como é no GT Presos. Ela acredita que, dessa forma, se sempre se terá a noção do todo. A cada reunião se alimenta a planilha porque senão tudo corrido e a tendência disso é inchar, como foi a do preso a um ou dois anos, porque é algo que puxa uma coisa, puxa outra e puxa um órgão novo que chega. Então, direcionando, dentro do que se tem hoje, tentar dar prioridades para 2017.

Dra. Raquel sugeriu que a cada reunião se dê prioridade a um dos eixos e os outros ficariam só como atuação, só para dar notícia. Os outros entrariam naquela parte final dos assuntos gerais. E pediu que todos marcassem na pauta o que acham que é urgente.

Eu acho que deveríamos colocar essa questão do financiamento hoje.

Lívia Marinho lembrou que a questão do financiamento, todo o trabalho feito no ano passado foi a construção do documento que virou o documento oficial do pacto. Ela acredita que construir um documento que fosse uma proposta de integração de serviço com a questão da ponte com o sistema de documentação é importante para o ano de 2017, justamente porque trata-se de um ano difícil para os órgãos no que concerne a manutenção dos serviços. E, que preparar um documento, uma proposta de manutenção do serviço com sustentabilidade, o atendimento não irá parar, porque quando o atendimento voltar novamente é outra história, porque já muda secretário, é outra cabeça, então começa tudo do zero, com uma nova visão. Ela acredita que dar continuidade a uma proposta de manutenção do serviço com sustentabilidade, pensando em um documento de uma proposta de uma integração de serviços com uma questão de aporte financeiro.

A Sra. Lívia Marinho entende que o menos traumático hoje parece ser o Federal, pois ele me parece que se consegue, não de primeira via, mas se consegue fazer via internet. Está certo que se continua com o problema dos outros documentos na primeira via, mas a segunda via de todos os documentos é o problema prioritário, então esse problema prioritário consegue se resolver para a

Receita Federal porque ele é de impressão, agora os outros não, todos dependem do órgão para a emissão da segunda via, é preciso o documento.

Disse ainda que pensa em como seria bacana entrar no DETRAN e imprimir os dados do seu RG, mas isso não existe. E questionou que se não existe, qual seria a maneira para que isso possa vir a acontecer.

Lembrou que hoje quem está precisando são as pessoas sem condições, mas amanhã até as pessoas presentes que têm condições, mas não terão o serviço para nos atenderem. Questionou qual seria o trabalho para manter o serviço funcionando. E, terminou dizendo que acha interessante a questão de um fundo de financiamento.

A Sra. Tula disse que para se chegar nisso tem um antes que, por exemplo, quando pega o eixo do financiamento, acho que se tem ainda que entender qual é a origem da fonte de cada um, como funciona.

Disse ainda que, olhando as pautas anteriores, e planejando os primeiros meses de 2017, em função do que está sendo feito, o encontro com os Cartórios já é uma coisa que se pode planejar. E, que seria possível discutir várias coisas, porém com o foco na questão da insuficiência declaratória que é uma demanda decorrente dos comitês municipais, da população que liga dizendo que quando se vai no balcão "X" e não consegue. E daí se liga para a Corregedoria e ela nos orienta para dizermos para a população reclamar. Então, sugeriu o planejamento do encontro com os Cartórios e também a discussão financiamento da Carteira de Trabalho para se estudar formatos de fundos.

A Sra. Cláudia sugeriu a discussão sobre a manutenção do Poupa Tempo.

A Sra. Tâmara entende que o modelo do Poupa tempo poderia ser revisto. Contou que hoje as CDI's terceirizam o serviço e contratam para todos os órgãos que estão no livro. Isso é um modelo muito caro porque o DETRAN não coloca o funcionário dele, a Secretaria de Trabalho não coloca o seu funcionário, é tudo pago. Ela entende que talvez seria mais barato se as CDI's, por exemplo, cedessem o espaço, a estrutura, e cada órgão colocasse seu equipamento, seu funcionário.

A Dra. Raquel disse que o que a preocupa é a ingenuidade de esperança. Que é preciso que se entenda o modelo, pois está se falando de uma política para daqui a cinco anos. E, complementou perguntando como é que vai resolver em cinco ou seis anos no momento em que esses poderosos disserem que não dá mais ou quando não fica mais rentável. E, aí vão ver que existe um grupo sério que sabe o que fazer.

Lembrou que existem propostas macro e existem propostas micros, é um trabalho em duas frentes. Ela entende que o concreto a vai ser construído a partir da proposta maior porque é muito provável que no concreto não haja com o tempo.

Destacou que existem coisas que funcionam porque financiam pessoas, e existe o financiamento da política. E que se está falando que essa inexistência da política financia interesses, então não há espaço para ingenuidades. É preciso fazer algo com prazo porque caso contrário vamos quebrar na praia. Lembrou que se vê nos Direitos Humanos, pelo qual é militante uma ingenuidade que não dá mais.

Acredita que é importante que os grupos se mantenham polarizados e que fica contente que eles já são assim porque sabe como isso atinge o poderoso que tem medo desses grupos porque eles são agressivos. E que se identifica mais com aquele grupo que fica simpático do que com os agressivos, com as causas e no meio do caminho fazer uma interlocução com quem está relacionado no poder. Isso deve acontecer, isso é maturidade do movimento dos Direitos Humanos do Brasil, então isso tem que acontecer. Lembrou que quem hoje está dirigindo o DETRAN é esse homem encantador chamado Marcio Bahiense, então temos que entender que o mundo não é só feito de reacionários, existem pessoas boas que sentam lá, e quando ela está lá ela não sabe o que tem de fazer, se ninguém disser ninguém vai saber. Disse ainda que nesse momento temos de sentar e estudar modelos, criar modelos, porque não vamos resolver, pois tem muitas pessoas poderosas que não querem resolver ou que não ligam para esse grupo.

Ela disse que a pobreza ela impõe uma barricada e se faz necessária. E se faz necessária porque ela blinda. E contou a história do Jessé de Souza que explicou porque a classe média blinda a elite.

Ilustrou dizendo que não existe essa classe média na Europa, lá não existe babá, e disse: “eu estou aqui e na minha casa tenho duas empregadas cuidando das minhas filhas, que são minhas auxiliares, minhas amigas, mas se eu fosse uma juíza francesa eu não teria essas duas pessoas porque lá não existe para contratar. Com isso eu seria uma pessoa que estaria exigindo do Estado uma escola com tempo integral, como eu não tenho que exigir do Estado escola em tempo integral, essa é a tese do Jessé de Souza, eu pouco me incomodo, pois eu contrato a ralé e não exijo da elite o serviço, mas esse serviço é só para ela, não para eu, eu pago, então a explicação que o Jessé de Souza da mostra como é fabricado e nós, da classe média, alimentamos essa estratificação em classes, e isso não vai sair nunca.”

E, continuou questionando porque não acontece o serviço público ruim na França. E disse que a classe média é do serviço público porque não tem como contratar empregados. Isso é o que não se percebe, por isso, não dá para ser ingênuo.

A Sra. Tula sugeriu que se apontassem algumas coisas para o ano que vem, como a questão da hipossuficiência declaratória. Questionou qual seria a estratégia, se em termos de registro de nascimento, a ideia de enviar os ofícios para todos os Cartórios reafirmando que incluía a própria ARPEN. Lembrou que a Dra. Raquel trouxe a ideia de um encontro com os registradores, e sugeriu que se caminhasse nesse sentido.

Dra. Raquel sugeriu pensar sobre a questão da FUNARPEN que está meio “baquiado”, e a crise que está passando por ele acaba afetando as pessoas que também estão com menos condições.

Sugeriu ainda a realização de um evento com um convite por escrito, com um documento muito bem feito que seja a pauta do GT Doc., para todos eles pedindo que eles informem por escrito ao Comitê, que eles sabem que é um movimento social forte, quais são os critérios que eles usam, como que eles fazem.

A Dra. Raquel sustenta a tese de que as custas judiciais são tão caras no Rio de Janeiro que a pessoa pobre tem que se humilhar e dizer que não pode pagar. Em um país civilizado não se é humilhado um homem trabalhador, ele trabalha com a autoestima do seu trabalhador. Ele trabalha de modo que o trabalhador vai pagar pouco, mas vai pagar.

Disse ainda que quem trabalha com assistência social sabe que isso tem efeito bom porque uma coisa é dar, outra coisa é a pessoa conseguir. Ela se sente mais potente, se sente mais gente. Ela fica com a autoestima lá em cima.

A Sra. Tula Brasileiro não consegue pensar isso sem colocar uma discussão maior de como funciona o financiamento. E que mesmo trabalhando esses anos todos, ainda não conseguiu entender, já que além do FUNARPEN existem outros fundos. Acredita que é preciso ir a fundo nessas questões, já que ainda assim existem pessoas que não tem dez reais para dar em uma segunda via.

Dra. Raquel disse que a briga que estamos juntos cria um problema estrutural porque se você coloca no “zoom” e vê que não vai dar certo e eu possa te dizer que nós temos hoje a chefia disso tudo que ainda não está conseguindo financiamento da FUNARPEN e do sistema do registro civil. E que está fazendo um trabalho fundamental no tribunal, mas isso não é de conhecimento público.

Encerrada a reunião, Tula perguntou se as reuniões continuariam as quinta-feiras. Todos concordaram.